

Relatório de Atividades

2º Trimestre

CON



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2017



Presidente

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Vice-Presidente

Conselheiro Renato Martins Costa

Corregedor

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Conselheiros

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

07/11/2016 a 04/02/2017

- MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

06/02/2017 a 06/05/2017

- ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

A partir de 08/05/2017

- JOSUÉ ROMERO

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO.....	8
2.	CONTAS DO GOVERNADOR	9
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL ...	10
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP	11
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	11
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	12
7.	CORPO DE AUDITORES	12
8.	DECISÕES SINGULARES.....	12
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC	12
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	12
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	13
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	13
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).	13
11.1.2.	DSF's I e II	13
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	14
11.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP.....	14
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	14
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	14
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	15
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	21
11.4.	OUVIDORIA.....	22
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	23
11.7.	REVISTA DO TCE.....	24
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	24
11.9.	CERIMONIAL	24
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
13.	ANEXOS.....	25
13.1.	ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	25



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)	10
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	11
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes.....	17
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital	17
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes	18
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital	18
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes.....	19
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital	19
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes	20
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital	20



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas no decurso do **segundo trimestre** do exercício de 2017.

No Relatório estão elencadas as atividades relacionadas às ações da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e de seus Municípios, exceto a Capital, bem como os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

No 2º trimestre deste ano, o Tribunal de contas conduziu mais **03 (três) Fiscalizações Ordenadas**, analisando a gestão do patrimônio e prestação de serviços públicos prestados por órgãos da esfera municipal e estadual em áreas como frotas veiculares, programas de saúde da família e gestão de almoxarifados. Com essas iniciativas, o Tribunal passa a verificar não só a legalidade, mas também a qualidade do gasto dos recursos públicos.

A análise da frota – tema da segunda fiscalização ordenada realizada pelo TCE-SP em 2017 - revelou que 65% dos 248 (duzentos e quarenta e oito) órgãos públicos municipais e estaduais vistoriados mantêm veículos sucateados. Foram inspecionadas garagens de Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias Estaduais, Unidades do Corpo de Bombeiros e viaturas de uso do policiamento de trânsito.

Entre as entidades visitadas que possuem registro atualizado sobre as condições das frotas, quase 40% têm carros sem uso, à espera de conserto. Mais de 10% desses órgãos ainda possuem meios de transporte com documentação irregular. Em quase metade dos pátios checados, o Tribunal também constatou a existência de pontos que possibilitam a disseminação de doenças (pneus e sucatas abandonados, muitos com água parada).

No total, 206 (duzentas e seis) entidades municipais e 42 (quarenta e duas) estaduais foram alvos da fiscalização, que ainda encontrou veículos sem equipamentos obrigatórios, sem seguro e com peças extraviadas. Também foi constatado que muitos departamentos não possuem sistema de segurança e não controlam o consumo de combustível dos carros e o acesso de pessoas às garagens.

No tocante aos programas de saúde da família (PSF), área analisada pela terceira fiscalização ordenada de 2017, 244 (duzentas e quarenta e quatro) unidades de saúde do Estado revelaram deficiências nos grupos criados para o atendimento básico às famílias.



Relatório feito a partir das informações colhidas nas vistorias realizadas por 245 (duzentos e quarenta e cinco) fiscais mostra que quase 25% dos médicos não cumprem ou cumprem apenas parcialmente a escala de trabalho. Cinquenta e cinco deles, de um total de 399 (trezentos e noventa e nove), ainda não estavam no local no momento da checagem.

Durante as visitas a 210 (duzentos e dez) municípios do interior e da região metropolitana, os fiscais também encontraram equipamentos novos e sem uso, consultórios com infiltrações, paredes mofadas, objetos enferrujados, remédios armazenados de maneira inadequada e pontos assinados com dias de antecedência.

Algumas unidades não dispunham de aparelhos básicos como cilindros de oxigênio, nebulizadores e caixas para a visualização de radiografias. Contrariando a lei, mais de 60% dos ambulatórios não tinham farmacêuticos.

Os almoxarifados mantidos pela administração pública foram objeto da última fiscalização ordenada realizada no 2º trimestre de 2017, que visitou 29 órgãos estaduais (secretarias, empresas, fundações e autarquias) e 205 municipais (prefeituras, na grande maioria dos casos) de 191 cidades paulistas.

O resultado da análise apontou negligência em relação aos produtos armazenados. Mais de 90% dos prédios, por exemplo, não tinham Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, o que contraria a lei. Quase 20% deles também não apresentavam condições apropriadas de estocagem. Em algumas cidades ainda foram encontrados alimentos amontoados no chão e remédios guardados em instalações inadequadas.

Os técnicos do tribunal localizaram edifícios com telhados danificados (17,24%), sem extintores de incêndio (25,43%), com fiação elétrica aparente (44,83%) e materiais expostos à chuva (29,74%) e infiltrações (39,22%).

Mais da metade dos pontos de armazenagem ainda estava sem dedetização e desratização dentro dos prazos recomendados. Também foi constatada a ausência de segurança e de controle apropriados, o que pode ocasionar desvios e desperdício de recursos públicos.

Todos os dados coletados nestas visitas, incluindo fotos, foram transmitidos em tempo real aos departamentos de Informática e de Fiscalização do TCESP. Os relatórios solicitando providências a respeito das diversas irregularidades serão encaminhados aos órgãos fiscalizados pelos Conselheiros-Relatores de processos no TCE.

No segundo trimestre, o TCE também organizou mais 04 (quatro) encontros da 21ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais – evento promovido anualmente e que terá, ao todo, 11 reuniões em 2017.



Dirigidas a um público de Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, administradores e lideranças políticas, os debates conduzidos no 2º trimestre ocorreram nas cidades de Araçatuba, São Carlos, São José dos Campos e Sorocaba. Os eventos deste ano orientaram gestores públicos sobre temas relacionados às áreas de planejamento, transparência, terceiro setor e controle interno.

Com relação a eventos e capacitações, o TCE-SP sediou, em abril, a primeira reunião técnica de 2017 da Rede Nacional de Indicadores (INDICON) - criada com a finalidade de compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública brasileira, bem como auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo controle externo.

O encontro reuniu integrantes de 24 (vinte e quatro) Tribunais de Contas de todo o Brasil e foi direcionado principalmente aos servidores que integram as equipes técnicas responsáveis pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal nas Cortes de Contas. Durante a reunião, foram compartilhadas experiências com o indicador em diversos estados. A partir do histórico de criação e apresentação do IEGM, também foi discutido o alinhamento sobre a consolidação dos dados e cronogramas.

Os participantes ainda receberam instruções sobre os sete indicadores que compõem o IEGM (planejamento, gestão fiscal, saúde, educação, proteção das cidades, sustentabilidade e tecnologia da informação), prazos, procedimentos e produtos relacionados ao índice.

No mesmo mês, o Tribunal de Contas do Estado foi sede da primeira reunião plenária de 2017 do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCO-SP). O encontro teve como objetivo orientar a condução das ações previstas para 2017 pelos diversos órgãos que integram o fórum.

Também em abril, com o intuito de compartilhar experiências sobre a utilização de recursos tecnológicos no ambiente institucional, especialistas de diversos órgãos públicos e do quadro técnico do TCE-SP apresentaram 'cases' no Seminário 'Inovações de TI na Administração Pública'.

O principal objetivo do encontro foi apresentar novas tecnologias e as melhorias obtidas no atendimento à população por meio da inovação digital em órgãos públicos, mas ainda foram discutidos temas como desafios da transformação digital, a utilização de sistemas inteligentes, inovação e design de negócio. O evento foi direcionado a servidores – das esferas estaduais e municipais – que atuam na área de tecnologia e informação.

Além dos técnicos do TCE, o seminário contou com a participação de especialistas do Tribunal de Contas da União (TCU), do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), Banco do Brasil e Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Destaca-se também a realização do seminário “Semear Educação”. Organizado pelo TCE-SP em junho, no Palácio dos Bandeirantes. O encontro, que contou com a presença de um dos maiores especialistas do mundo na área, o professor da Escola de Educação da Universidade de Stanford David Plank, discutiu experiências transformadoras que ajudaram a melhorar o ensino em várias cidades do país. Mais de 900 pessoas, entre prefeitos, secretários da Educação e gestores da área participaram da reunião.

Com a iniciativa, realizada em parceria com a Fundação Lemann, Fundação Brava, Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação de São Paulo) e o Governo do Estado, o TCE-SP promoveu o intercâmbio de projetos inovadores entre as administrações e cumpriu sua missão de zelar pelo constante aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados à população.



Sidney Estanislau Beraldo
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2017, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Presidente, RENATO MARTINS COSTA, Vice-Presidente, e ANTONIO ROQUE CITADINI, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI - CORREGEDOR**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

07/11/2016 a 04/02/2017

- **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

06/02/2017 a 06/05/2017

- **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

A partir de 08/05/2017

- **JOSUÉ ROMERO**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

07/11/2016 a 04/02/2017

- **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

06/02/2017 a 06/05/2017

- **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

A partir de 08/05/2017

- **JOSUÉ ROMERO**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**



2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2017 foi designado o eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

A indicação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano, sob responsabilidade da Presidência da Corte, e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

As Contas do Governo referentes ao **exercício de 2016** foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão extraordinária ocorrida no dia **21 de junho, às 10h00m**, cuja íntegra encontra-se disponível no Canal do TCE-SP no YouTube:

<http://www.youtube.com/tcespoficial>

Os Conselheiros acompanharam as conclusões do relator do processo, Antonio Roque Citadini e, por unanimidade, votaram pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas, com alerta, recomendações e ressalvas.

Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, o parecer será remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.

A sessão foi comandada pelo presidente Sidney Estanislau Beraldo e integrada pelo relator e pelos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Eduardo Ramalho e pelo Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero. Os Procuradores Rafael Neubern Demarchi Costa e Luiz Menezes Neto representaram o Ministério Público de Contas e a Procuradoria da Fazenda do Estado, respectivamente.



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 2º trimestre de 2017, foram distribuídos aos julgadores **737** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1–Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACESSÓRIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	1
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	1
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	1
CONTAS MUNICIPAIS	1
CONTRATO	82
CONTRATO DE GESTÃO	2
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	5
CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS	2
ESPORÁDICO	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO	92
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO.	67
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES TERCEIRO SETOR - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	9
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	16
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVÊNIOS	106
RECURSO ORDINARIO	334
REPRESENTAÇÃO	3
RESCISÃO DE JULGADO	7
REVISÃO DE JULGADO	7
TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS	737



4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 2º trimestre de 2017, foram distribuídos **4.496** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – ABRIL – JUNHO - 2017									
MATÉRIA	RELATOR								
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. DER	Gabinete da Presidência	Corpo de Auditores	Total Geral
Ações					1		7		8
Adiantamentos	11	10	11	10	10	11			63
Apartados								84	84
Atos de Pessoal	17	16	19	16	20	14		660	762
Balanço Geral do Exercício								2	2
Contratos	233	161	194	243	179	163	5	123	1301
Controle de Prazos	24	26	24	24	25	24		51	198
Exame Prévio de Edital	137	136	135	137	118	135			798
Inominados	13	26	32	12	51	66	149	19	368
Recursos	40	27	51	42	31	39	129	4	363
Relatório de Fiscalização			1		2				3
Repasse Públicos	41	34	42	36	32	26	6	281	498
Representação	3	3	8	2	24	7		1	48
Total Geral	519	439	517	522	493	485	296	1225	4.496

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS	5.233
---	--------------

5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 2º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 Sessões Ordinárias** e **01 Sessão Extraordinária**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **557 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento publicadas na Imprensa Oficial
- Analisou **748 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **05 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas se reuniram **12 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **876 processos pela Primeira Câmara** e **1089 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 2º Trimestre de 2017 tramitaram pelo Corpo de Auditores **5.706 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **2.388 autos** receberam julgamento, enquanto **976** foram objeto de despacho de deferimento.

8. DECISÕES SINGULARES

No 2º trimestre de 2017 foram proferidas **2.979 sentenças singulares**. Destas, **591** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, e **2.388**, pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **7.034 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º Trimestre de 2017, a P.F.E se manifestou em **2.018 feitos**.



11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213 do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.283** processos.

11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, assim como pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamentos (com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões) e pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se também pela pesquisa e elaboração de certidões e pela administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares que é disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.270 processos**, dos quais **227** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.686 certidões**. Desse quantitativo, **20** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1.626** via INTERNET.

11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **16.760 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	4.252	2.628
Processos Eletrônicos	2.949	6.931
TOTAL	7.201	9.559



11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico-Jurídica exarou **12.431 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

11.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. O sistema aumentou a agilidade e a qualidade do trabalho, e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No segundo trimestre de 2017, a Audep efetuou **2.692 atendimentos** por meio de e-mails e **102** por telefone. A maioria das solicitações se referia ao próprio Sistema AUDESP - Módulos I, II, III e IV - e ao IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.253** processos.

11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, dando ênfase à receita e despesa realizadas. Apresenta relatórios à Presidência por período.



11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 16.347, de 29 de dezembro de 2016, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2017”, foi elaborado em observância à Lei nº 16.291, de 20 de julho de 2016, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2017”.

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 882.290.386,00**, sendo **R\$ 882.290.346,00** para Despesas Correntes, inclusive de Pessoal e Encargos, e **R\$ 40,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 16.291/16), o Decreto nº 62.413 (de 06 de janeiro de 2017), que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2017, e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 11 de janeiro de 2017.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado (PODE) é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2017 (Decreto nº 62.413/17) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 7.000.000,00**, por meio dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias (SAO) da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 – SAO Nº 02001/2017-4-0004, concluído em 08/02/2017, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa-, confirmados na informação CAF nº 020030-1/2017, de 02/02/2016, na seguinte conformidade: R\$ 100.000,00 na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE destinados às obras na Regional de Araraquara e R\$ 2.900.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, sendo R\$ 1.500.000,00 para aquisição de material permanente (hardware para novas tecnologias), renovação do parque tecnológico e mobiliários diversos, e R\$ 1.400.000,00 para continuidade do Projeto Athena, firmado com a PRODESP, bem como o desenvolvimento de softwares.



2 – SAO Nº 02001/2017-4-0005, concluído em 23/02/2017, no **valor total de R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2017, de 20/02/2017, na seguinte conformidade: R\$ 15.000,00 na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE destinados às obras de construção do muro na Unidade Regional de Araras - e R\$ 2.985.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, sendo R\$ 2.000.000,00 para despesas com contratos Prodesp (manutenção do Sistema Audesp), e R\$ 985.000,00 para aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para a Sede (São Paulo – Capital);

3 – SAO Nº 02001/2017-4-0007, concluído em 08/06/2017, no valor total de **R\$ 1.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2017, de 06/06/2017, na seguinte conformidade: R\$ 1.000.000,00 na Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados à modernização do Datacenter, por meio de aquisição de computadores, servidores, discos e outros equipamentos de infraestrutura para a Sede (São Paulo – Capital).

Mediante a publicação do Decreto Nº 62.469, de 16 de fevereiro de 2017, foram transferidos recursos orçamentários do Tribunal de Contas no valor de **R\$ 88.000,00** para a Secretaria da Fazenda, conta da Fonte 1 - Tesouro, visando à cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional (creches), conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO nº 20006/2017-1-00001.

Os quadros abaixo demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2017. Em seguida, a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Fevereiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Março	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Abril	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Maio	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Junho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Julho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Agosto	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Setembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Outubro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Novembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Dezembro	67.232.992	6.219.960	395.122	-	6.615.082	73.848.074
TOTAL	803.260.658	74.309.058	4.720.630	-	79.029.688	882.290.346

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	2	-	2	73.494.754
Fevereiro	-	2	-	2	73.494.754
Março	-	2	-	2	73.494.754
Abril	-	2	-	2	73.494.754
Maio	-	2	-	2	73.494.754
Junho	-	2	-	2	73.494.754
Julho	-	2	-	2	73.494.754
Agosto	-	2	-	2	73.494.754
Setembro	-	2	-	2	73.494.754
Outubro	-	2	-	2	73.494.754
Novembro	-	2	-	2	73.494.754
Dezembro	10	8	-	18	73.848.092
TOTAL	10	30	-	40	882.290.386

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Fevereiro	66.911.606	6.101.918	3.793.228	-	9.895.146	76.806.752
Março	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Abril	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Maio	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Junho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Julho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Agosto	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Setembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Outubro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Novembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Dezembro	67.232.992	6.219.960	395.122	-	6.615.082	73.848.074
TOTAL	803.260.658	74.221.058	8.120.630	-	82.341.688	885.602.346

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	-	2	-	2	73.494.754
Fevereiro	-	3.600.002	-	3.600.002	80.406.754
Março	-	2	-	2	73.494.754
Abril	-	2	-	2	73.494.754
Maio	-	2	-	2	73.494.754
Junho	-	2	-	2	73.494.754
Julho	-	2	-	2	73.494.754
Agosto	-	2	-	2	73.494.754
Setembro	-	2	-	2	73.494.754
Outubro	-	2	-	2	73.494.754
Novembro	-	2	-	2	73.494.754
Dezembro	10	8	-	18	73.848.092
TOTAL	10	3.600.030	-	3.600.040	889.202.386

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.605,30	36.393.488,32	979.363,95	-	37.372.852,27	104.284.457,57
Fevereiro	58.993.130,22	6.967.419,47	3.976.235,21	-	10.943.654,68	69.936.784,90
Março	62.617.019,11	6.607.963,82	56.451,31	-	6.664.415,13	69.281.434,24
Abril	61.798.896,91	1.997.278,00	71.648,92	-	2.068.926,92	63.867.823,83
Maio	59.779.305,17	4.947.939,08	56.389,19	-	5.004.328,27	64.783.633,44
Junho	62.717.160,99	496.930,29	57.401,78	-	554.332,07	63.271.493,06
TOTAL	372.817.117,70	57.411.018,98	5.197.490,36	-	62.608.509,34	435.425.627,04

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	104.284.457,57
Fevereiro	-	213.986,73	-	213.986,73	70.150.771,63
Março	-	27.378,60	-	27.378,60	69.308.812,84
Abril	-	77.023,79	-	77.023,79	63.944.847,62
Maio	-	26.663,97	-	26.663,97	64.810.297,41
Junho	-	-	-	-	63.271.493,06
TOTAL	-	345.053,09	-	345.053,09	435.770.680,13

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	65.021.298,94	2.430.086,64	76.498,84	-	2.506.585,48	67.527.884,42
Fevereiro	60.883.436,58	4.924.901,81	772.179,40	-	5.697.081,21	66.580.517,79
Março	62.617.019,11	5.438.084,83	103.083,45	-	6.377.050,28	68.994.069,39
Abril	61.798.896,91	5.357.491,84	83.096,92	-	5.440.588,76	67.239.485,67
Maio	59.779.305,17	6.123.875,16	286.236,31	-	6.410.111,47	66.189.416,64
Junho	62.717.160,99	4.386.732,37	351.987,44	-	4.738.719,81	67.455.880,80
TOTAL	372.817.117,70	28.661.172,65	1.673.082,36	-	31.170.137,01	403.987.254,71

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	67.527.884,42
Fevereiro	-	-	-	-	66.580.517,79
Março	-	485,00	-	485,00	68.994.554,39
Abril	-	56.251,88	-	56.251,88	67.295.737,55
Maio	-	127.974,60	-	127.974,60	66.317.391,24
Junho	-	16.753,00	-	16.753,00	67.472.633,80
TOTAL	-	201.464,48	-	201.464,48	404.188.719,19

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1- Tesouro do Estado

Fonte 3- Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5- Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balançetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º e 2º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado do dia 31 de março de 2017 e 31 de maio de 2017.



11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no segundo trimestre, manifestou-se em **982** procedimentos/processos - físicos e eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **24 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda, além de realizar o acompanhamento de **645 ações judiciais** em que este Tribunal é parte (polo passivo) e **111 processos** judiciais a pedido dos Eminentes Conselheiros, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **68 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- IEGM BRASIL – 1º Encontro Técnico de 2017;
- 1ª Plenária do FOCCO-SP;
- Seminário de Inovações de TI na Administração Pública;
- 05 anos da Lei de Acesso à Informação;
- Semear Educação.

- **Biblioteca – 3.834** empréstimos de livros realizados, sendo **1.886** por meio do Sistema Online Sophia e **1.948** presenciais.

2º Trimestre/17	Quantidade De Eventos	Nº de Participantes	Acessos "on-line"
Reuniões Pedagógicas	20	252	-
Cursos/Eventos Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCE/SP	24	2.068	661
Cursos/Eventos Em outros Tribunais de Contas	-	-	-
Cursos/Simpósios na Editora NDJ	07	25	-
Cursos/Eventos Em outras dependências ou Instituições	16	6.503	36
TOTAL	67	8.848	611
Cursos de Curta Duração - Externos	1	1	-
TOTAL	68	8.849	

11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 - DOE 12/03/2015 - realizou **1.521 atendimentos** neste Trimestre. Destaque para o atendimento de **396 solicitações** por meio do Whatsapp.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, respondeu a **72 pedidos** de informações. Abaixo, um resumo dos atendimentos prestados.



No trimestre, as áreas técnicas da Corte atenderam a **7.100 solicitações** de suporte técnico a sistemas, todas registradas pelos requerentes via Portal da Ouvidoria.

11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento (DTI-1); Seção Técnica de Segurança da Informação (DTI-2); Divisão de Sistemas (DSIS) e Divisão de Tecnologia (DTEC), presta assessoria na área de Informática. É responsável pela análise e acompanhamento de atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, organizou reuniões e treinamentos diversos com apoio do Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **1.737 chamados** de usuários internos, **1.676 chamados de usuários** externos, **2.724 ligações** de usuários externos, respondendo ainda a **987 solicitações** via WebChat. O Departamento atuou também na implementação e melhoria de soluções tecnológicas, como a disponibilização do sistema de Inelegíveis, que gera a relação dos gestores públicos que tiveram suas contas julgadas irregulares; implementação da recepção de documentos pelo coletor dos módulos de Empenhos e Termo Aditivo e tratamento para recepção de arquivos grandes na Fase IV do Sistema Audeps; geração do relatório consolidado de fiscalização no SisCOE; implementação da Folha de Rosto e melhorias no sistemas SisRTS; entre outros.

11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em parceria com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e de promover iniciativas institucionais.

No 2º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **123 matérias** sobre julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **59 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP está presente:



246 curtidas da página no período, totalizando 7.423 desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook, em 2013.



264 tweets (mensagens encaminhadas) no período, totalizando 5.259 desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter)

58 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 3.878



81 inscritos no período, totalizando 1.186 desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube, em 2013

6.055 visualizações no período, totalizando 89.473

34 vídeos no período (Sessões Ordinárias do Pleno, Primeira e Segunda Câmara, Sessões Extraordinárias, Sessões Especiais, Vídeo Institucional, Seminários, Cursos e palestras), totalizando 484 vídeos.



47 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 1.645 desde a abertura da conta oficial do TCESP no LinkedIn, em 2016



21 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 86 desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram, em 2016.

17 publicações no total



471 fotos postadas no período, totalizando 8.454 desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr, em 2015



11.7. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Renato Martins Costa, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a edição número 139 da Revista do TCESP se encontra em fase de elaboração.

A publicação abordará, entre outros assuntos, a Fiscalização Ordenada em que mais de 200 Hospitais, UPA's e UBS's de todo o Estado foram auditadas pelo Tribunal. A revista trará ainda uma reportagem sobre a participação do TCE-SP em eventos como o seminário "Governança e Gestão nos Tribunais de Contas do Brasil", organizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em Brasília, e uma síntese de decisões selecionadas em sede de Exame Prévio de Edital.

11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio de posto policial instalado nas dependências da Corte.

11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 2º trimestre de 2017, o Cerimonial esteve presente em **03 eventos internos e 09 externos. Além disso, recepcionou 11 autoridades.**

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 2º trimestre de 2017, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Sidney Estanislau Beraldo
Presidente



13. ANEXOS

13.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

COMUNICADO GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	19/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 28/06/2017	29/06/17
GP	18/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 21/06/2017	22/06/17
GP	17/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 14/06/2017	20/06/17
GP	16/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 07/06/2017	08/06/17
GP	15/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 31/05/2017	01/06/17
GP	14/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 24/05/2017	25/06/17
GP	13/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 17/05/2017	18/05/17
GP	12/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 26/04/2017	28/04/17
GP	11/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 19/04/2017	20/04/17
GP	10/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 12/04/2017	13/04/17
GP	09/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 05/04/2017	06/04/17
GP	08/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 29/03/2017	30/03/17
GP	07/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/03/2017	23/03/17
GP	06/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/03/2017	17/03/17
GP	05/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/03/2017	09/03/17
GP	04/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/02/2017	23/02/17
GP	03/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/02/2017	16/02/17
GP	02/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/02/2017	09/02/17
GP	01/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 01/02/2017	02/02/17



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	17/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	07/06/17
SDG	16/2017	Remessa das informações de licitações, contratos e execução contratual	31/05/17
SDG	15/2017	Processos Julgados no 1º Trimestre	25/05/17
SDG	14/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	13/05/17
SDG	13/2017	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	25/04/17
SDG	12/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	06/04/17
SDG	11/2017	Coleta de dados da Fase IV do Sistema AUDESP	17/04/17
SDG	10/2017	Legislação sobre concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições	18/03/17
SDG	09/2017	Fiscalização de acompanhamento de contas anuais de Prefeituras Municipais	16/03/17
SDG	08/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	04/03/17
SDG	07/2017	Calendário do Ciclo de Debates	24/02/17
SDG	06/2017	Alerta sobre decretos de calamidade financeira	23/02/17
SDG	05/2017	Visitas quadrimestrais da Fiscalização	11/02/17
SDG	04/2017	Valor Atualizado de Remessa	02/02/17
SDG	03/2017	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras	01/02/17
SDG	02/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	02/02/17
SDG	01/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	12/01/17



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

2017